

## PERFIL DOS CURSISTAS DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA PELO PARFOR, UFAC, CAMPUS DE CRUZEIRO DO SUL (2016- 2020): DIFICULDADES DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO QUE NÃO ESTÃO EM SALA DE AULA

## PROFILE OF THE UNDERGRADUATE COURSES IN THE HISTORY BY PARFOR, UFAC, CAMPUS CRUZEIRO DO SUL (2016-2020): DIFFICULTIES OF EDUCATION PROFESSIONALS WHO ARE NOT IN THE CLASSROOM

*Levino Pequeno de Souza<sup>1</sup>*

*Cornélio Luiz Gondim Filho<sup>2</sup>*

*Maria Gersualda Monteiro da Silva<sup>3</sup>*

*Josimar Pedrosa da Silva Katukina<sup>4</sup>*

*Reinaldo Alves de Almeida Katukina<sup>5</sup>*

### RESUMO

O presente artigo é produto de projeto de pesquisa feito durante a disciplina Pesquisa de Histórica II, como critério de avaliação, junto ao curso de licenciatura em História na Universidade Federal do Acre, oferecido no Campus Floresta situado em Cruzeiro do Sul, dentro do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). A proposta era criar um perfil dos cursistas a partir das dificuldades enfrentadas, relatando suas experiências e vivências. Aqui se apresenta um olhar sobre aqueles que no início da graduação em 2016 estavam atuando na educação e ao término em 2020 não estavam mais. O objetivo foi contar a trajetória dos cursistas deste grupo que trabalharam na rede pública de ensino e fizeram migração para outras funções. A metodologia de trabalho reuniu o uso de questionário e entrevistas, usando como referencial as obras de José D'Assunção Barros (2008); Aguiar e Medeiros (2015), Pertile e Agostini (2015).

**PALAVRAS-CHAVE:** PARFOR; vivências; experiências extraclasses.

### ABSTRACT:

This article is the product of a research project carried out during the History Research II course, as an evaluation criterion, along with the History degree course at the Federal University of Acre, offered at Campus Floresta located in Cruzeiro do Sul, with in the National Plan of Basic Education Teacher Training (PARFOR). The proposal was to create a profile of the course participants based on the difficulties faced, reporting their experiences. Here is a look at those who at the beginning of graduation in 2016 were working in education and at the end in 2020 were no longer working. The objective was to tell the trajectory of the students in this group who

<sup>1</sup>Graduando do curso Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC, Campus Floresta. E-mail para contato: pequenodesouzalevino@gmail.com.

<sup>2</sup>Graduando do curso Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC, Campus Floresta.

<sup>3</sup>Graduanda do curso Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC, Campus Floresta.

<sup>4</sup>Graduando do curso Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC, Campus Floresta.

<sup>5</sup>Graduando do curso Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC, Campus Floresta.

worked in the public school system and migrated to other functions. The work methodology brought together the use of questionnaires and interviews, using as a reference the works of José D'Assunção Barros (2008); Aguiar and Medeiros (2015), Pertile and Agostini (2015).

**KEYWORDS:** PARFOR, experiences, extra-class experiences.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tenta traçar um perfil dos cursistas de licenciatura em História pelo Programa de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR), realizado na UFAC campus de Cruzeiro do sul entre 2016 –2020. Buscou-se estudar e observar a interferência de causas externas à conclusão da graduação, ou seja, verificou como os alunos que começaram a licenciatura trabalhando na educação pública, ao longo do curso tiveram mudanças/impactos na sua formação superior levando a saírem dos espaços de trabalhos das escolas. Nosso diálogo foi com obras utilizadas como referências básicas da disciplina de Pesquisa Histórica II, ou seja, o texto sobre noções básicas para construção do projeto escrito por José D'Assunção Barros (2008); a respeito das trajetórias de vida dos cursistas do PARFOR usamos Aguiar e Medeiros (2015); já pensando diretamente sobre os professores de História observamos Pertile e Agostini (2015). E embora os coloquemos como norteadores, ao escrevermos o presente texto escolhemos apenas fazer referências a eles, sem os debater, já que entendemos ser mais rica a memória aqui registrada.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento do artigo, além de usarmos os dados do questionário respondido por todos os alunos e alunas da disciplina, também fizemos entrevistas com quatro questões comuns a todos os nossos componentes, perguntando primeiro como ficaram sabendo e se inscreveram para o PARFOR, depois por quê os integrantes deste grupo deixaram de atuar na educação e em que estão trabalhando, finalmente se a mudança ajudou ou prejudicou a conclusão do curso.

Com a aplicação do questionário, destacamos que 10% dos alunos da turma são indígenas, do sexo masculino. Dentro do total de 33 alunos, observamos que 07 não estão trabalhando na educação. Por nossos próprios relatos, dentro do grupo identificamos e verificamos uma grande relevância do PARFOR, ampliando esta visão sobre a nossa sala de graduação e com base no

nosso instrumento de pesquisa (questionários dos perfis socioeconômico e cultural) damos o maior significado a proposta.

Como resultado do questionário, dentre os trinta e três acadêmicos que estão concluindo o curso de Graduação, encontramos um universo de características diversas e heterogêneas. Para melhor compreender, verifica-se que a turma é composta por 17 universitários do gênero masculino e 16 universitárias do gênero feminino. Se observa que 65,7% dos cursistas são responsáveis pelas suas rendas em seus lares e os primeiros a ingressarem em um curso de nível Superior. Porém, a maior parte dos licenciandos atua com contrato provisório na rede pública. Uma semelhança relevante também é que a maioria dos cursistas trabalham na zona rural, sendo 69,7% da rede pública estadual e 15,2% da rede pública municipal.

Dentro do universo de alunos e alunas, que não estão atuando na educação, nosso grupo responsável pela redação do presente artigo reúne a maior parte, ou seja, 06 membros. Então, voltamos nosso olhar para as nossas vivências. E ao dialogarmos entre nós sobre como tivemos acesso às informações e inscrições para participar da licenciatura em História, Cornélio Luiz Gondim Filho, explicou que foi avisado sobre a inscrição do curso através da gestora da escola Pedro Benício de Souza, onde trabalhava. Segundo Cornélio a administradora lhe falou que a UFAC de Cruzeiro do Sul estava disponibilizando um curso de graduação pelo PARFOR para os professores da zona rural sem nível superior. E que estavam fazendo a inscrição na biblioteca de Cruzeiro do Sul, local em que efetivou sua inscrição.

Já quanto aos três do membro indígenas de nossa equipe, ou seja, Levino Pequeno de Souza, Reinaldo Alves de Almeida Katukina e Josimar Pedrosa da Silva Katukina, recordam que foram informados pela Secretaria de Educação Escolar Indígena, por meio do João Batista Nogueira Cruz que é coordenador técnico pedagógico também representante da educação escolar indígena do povo NokeKoi no Núcleo da Secretaria Estadual de Educação(SEE) no Município de Cruzeiro do Sul, conforme se lê no relato a seguir:

Certo dia estávamos ministrando aula na sala, aonde nós trabalhamos na escola estadual indígena YositiShovoTãmãKâyã, quando o João chegou com um formulário e explicando que estava aberto um programa de formação de professores rural na UFAC de Cruzeiro do Sul, que a inscrição estava aberta, e perguntou se algum dos professores indígenas tinha interesse de se inscrever. E falamos que todos que possuíamos ensino Médio completo iríamos nos inscrever, então preenchemos o formulário de inscrição, ocasião na qual foram escritos oito professores, mas apenas fomos selecionados três na época. (PEQUENO DE SOUZA, 2020).

A única mulher de nosso grupo, professora Maria Gesualda Monteiro da Silva, disse que o SEE de Cruzeiro do Sul, enviou um ofício para a escola Dom Pedro II aonde trabalhava. No

informativo explicava que havia sido aberto um curso de Graduação na UFAC, que era pelo PARFOR no Campus Floresta de Cruzeiro Sul, um programa do governo Federal. Na ocasião existia o curso de licenciatura em Pedagogia, em que ela se inscreveu, mas não foi selecionada. Depois ela ficou sabendo que estava sendo formada uma turma de História com aqueles que não haviam sido selecionados a pedagogia. E quando foi criada a nova turma de licenciatura em História, para sua felicidade, Gesualda foi selecionada. (SILVA, 2020)

Quanto aos motivos que levaram os membros do grupo a deixarem de trabalhar na educação temos desde o caráter de contratos provisórios, que geram obrigação de submeter-se aos processos de seleções anuais em que alguns não conseguiram ser novamente aprovados, além de obrigações familiares e no caso dos professores indígenas a mudança de atuação da educação para os programas de saúde em terras indígenas.

Cornélio Luiz Gondim Filho, explica que deixou de exercer a função de professor porque não conseguiu ser selecionado no concurso oferecido pelo governo do Estado do Acre e também por baixa remuneração. Acrescenta ainda que igualmente foi pela situação de saúde dentro de sua família, pois seu filho se encontrava em estado grave e passou por procedimento cirúrgico fora do estado do Acre. (GONDIM FILHO, 2020).

Por sua vez, Maria Gersualda Monteiro da Silva, nos disse que não houve oportunidade para sua continuação de trabalho na educação pela baixa remuneração, e que teve um filho no início de um dos anos letivos, daí não havia possibilidade de exercer função como professora (SILVA, 2020).

Josimar Pedrosa da Silva Katukina nos contou que a sua desistência de trabalhar na educação foi porque a educação não funcionava como ele gostaria que fosse. E acrescentou também que a função de professor exigia muita responsabilidade, mas a remuneração do cargo não compensava o seu serviço. Disse também que a escola Estadual Indígena YositiShovoTãmãKâyã, em que trabalhava não dava oportunidade para atuar na História, sendo essa a área que está cursando. Segundo Josimar, sua vontade era trabalhar com o ensino fundamental II, mas sempre a comunidade lhe indicava para lecionar com o ensino infantil. E por essas razões resolveu não trabalhar mais na educação (SILVA KATUKINA, 2020).

Levino Pequeno de Souza contou ter trabalhado quatros anos em sala de aula na escola estadual indígena YositiShovoTãmãKâyã, com ensino fundamental II, mas que analisou o ensino ministrado na referida escola e percebeu não ser o formato que gostaria. Acrescentou, a semelhança de seu colega, ser também muita responsabilidade e a remuneração não compensava. Levino completou dizendo que se continuasse somente como educador em sala de aula, não haveria possibilidade de ampliar o seu conhecimento em diversas áreas. Isto porque, sendo uma

das jovens liderança de seu povo, queria seguir a sua carreira de representante e aprofundar o seu conhecimento nas políticas indigenistas nas três esferas de governo.

Então decidiu devolver a função que exercia como educador e pediu que a comunidade indicasse outro em substituição, assim migrando a outro posto, depois foi nomeado para ocupar o cargo de assessor de articulação em assuntos indígenas na prefeitura de Cruzeiro do Sul, no período do ano de 2018. Então dando sequência em sua carreira de representante, foi nomeado para exercer o cargo de confiança na coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá (DSEI –ARJ), da Secretaria Especial Indígena (SESAI), subsistema de atenção a Saúde Indígena, vinculado ao Ministério da Saúde (MS), exercendo função de Assessor Técnico Indígena I no Vale do Juruá. (SOUZA, 2020)

Reinaldo Alves de Almeida Katukina, terceiro membro indígena de nossa equipe de trabalho, explica que deixou de atuar na educação porque as lideranças indígenas de seu povo o exoneraram por conta de participar da capacitação para o controle social de saúde no período de uma semana. O que lhe causou desapontamento com a situação e ordem de seus superiores, daí decidiu não trabalhar mais na área de educação. Igualmente aos demais professores indígenas, também mencionou a baixa remuneração na função que exercia (KATUKINA, 2020).

Perguntado aos entrevistados sobre as ocupações profissionais e de onde obtinham seus sustentos as respostas foram variadas, indo desde atuação no sistema de saúde indígena, não existência de vínculo empregatício e a autodeclaração como autônomos (sem detalhamentos a esse papel).

Nesse sentido se deve recordar a declaração de Levino Pequeno de Souza, que disse atualmente estar trabalhando no Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Juruá (DSEI – ARJ), do Subsistema de Atenção a Saúde Indígena (SASISUS), Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) vinculado ao Ministério da Saúde (MS), exercendo cargo de confiança, com a função de Assessor Técnico indígena I representando quatro municípios da abrangência do vale do Juruá. (SOUZA, 2020)

Enquanto o cursista Cornélio Luiz Gondim Filho disse não possuir nenhum vínculo empregatício, tendo por isso se tornado autônomo (GODIM FILHO, 2020). Em igual situação também se apresentou Reinaldo Alves de Almeida Katukina, ao relatar que no presente não exerce função na sala de aula e tampouco tem vínculo empregatício, se declarando como autônomo (KATUKINA, 2020). Outro que se assim se declarou foi Josimar Pedrosa da Silva Katukina (SILVA KATUKINA, 2020). Maria Gesualda também informou que não está em sala de aula em função da não renovação de seu contrato e por motivos domésticos, tendo seu lar sustentado pela renda do seu companheiro (SILVA, 2020).

Ao falarem sobre a saída da atuação na área de educação, observamos afetar os referidos cursistas por quebra do vínculo empregatício, mas não ocorrer desligamento do programa. Além disso os licenciandos, disseram que não atuou diretamente como prejuízo a realização do curso, pois o formato modular (com disciplinas de janeiro a março e durante o mês de agosto) fazia com que durante a maior parte do período das aulas já estivessem na condição de sem contratos de trabalho ou fora das suas escolas. Exceção a condição de autônomo, Levino Pequeno nos disse que embora não esteja na educação, estar cursando a graduação foi o que lhe permitiu fazer a mudança da área de trabalho:

Eu, Levino, quando sai da educação e migrei para outro setor de trabalho, que foi quando fui nomeado para ser assessor e articulador em assuntos indígenas na prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul, e no atual setor que estou atuando como assessor técnico indígena I na Saúde indígena, momento algum não me prejudicou, ao contrário foi nomeado nas funções citadas porque estava cursando o curso de graduação, na qual era exigida para ocupar a função era só quem estava cursando ou quem tinha graduação, então nas funções exercidas ajudou-me a ter facilidades nos debates e ter uma remuneração razoável para que pudesse atuar no curso com mais conforto e segurança no curso de graduação. (SOUZA, 2020)

Discurso semelhante se repete com os demais cursistas aqui entrevistados, pois Cornélio Luiz Gondim Filho disse que não houve interferência no seu curso de graduação (GONDIM FILHO, 2020). Reinaldo Alves de Almeida Katukina (KATUKINA, 2020) e Josimar Pedrosa da Silva Katukina (SILVA KATUKINA, 2020) também repetiram essa fala. Maria Gesualda argumentou que em função de ter filho pequeno, também precisaria se ausentar da sala de aula para os cuidados com a criança (SILVA, 2020).

### 3. CONCLUSÃO

Diante do que listamos aqui, concluímos que estar trabalhando na educação foi o que fez possível o ingresso na licenciatura através do PARFOR, mas, não significou sua permanência, pois eram contratados em caráter provisório. Ao mesmo tempo em que representou a possibilidade de cursar uma graduação, principalmente aos nossos colegas indígenas.

Então, ainda que nem todos continuem a exercer o papel de professores, o PARFOR também contribuiu para possibilitar acesso ao ensino superior a pessoas que não teriam outras oportunidades. Além de fazer com que os educadores indígenas tivessem reflexões diretas sobre a aplicação do modelo de educação em suas comunidades de origem.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa - aspectos introdutórios**. Travessias (UNIOESTE. Online), v. 02, p. 19, 2008.

MEDEIROS, E. A.; AGUIAR, A. L. O. **Percursos de Formação: Experiências e Trajetórias (Re)Significadas nas Histórias de Vida de Professoras no PARFOR**. Educação & Linguagem (Online), v. 18, p. 121-146, 2015.

PERTILE, Maria de Lurdes; AGOSTINI, Sandra. **Estágio curricular supervisionado em História- PARFOR – UNICHAPECÓ: Limites e possibilidades**. História e ensino, Londrina, v. 21, p. 265-282, jul./dez.2015.

GONDIM FILHO; Cornélio Luiz. **Entrevistas com cursistas da licenciatura em História do PARFOR, UFAC, Campus Cruzeiro do Sul que continuaram a graduação embora tenham deixado de atuar na educação**. [Entrevista concedida a] Levino Pequeno de Souza. Cruzeiro do Sul, janeiro de 2020.

KATUKINA, Reinaldo Alves de Almeida. **Entrevistas com cursistas da licenciatura em História do PARFOR, UFAC, Campus Cruzeiro do Sul que continuaram a graduação embora tenham deixado de atuar na educação**. [Entrevista concedida a] Levino Pequeno de Souza. Cruzeiro do Sul, janeiro de 2020.

SILVA KATUKINA, Josimar Pedrosa da. **Entrevistas com cursistas da licenciatura em História do PARFOR, UFAC, Campus Cruzeiro do Sul que continuaram a graduação embora tenham deixado de atuar na educação**. [Entrevista concedida a] Levino Pequeno de Souza. Cruzeiro do Sul, janeiro de 2020.

SILVA, Maria Gersualda Monteiro da. **Entrevistas com cursistas da licenciatura em História do PARFOR, UFAC, Campus Cruzeiro do Sul que continuaram a graduação embora tenham deixado de atuar na educação**. [Entrevista concedida a] Levino Pequeno de Souza. Cruzeiro do Sul, janeiro de 2020.

SOUZA, Levino Pequeno de. **Entrevistas com cursistas da licenciatura em História do PARFOR, UFAC, Campus Cruzeiro do Sul que continuaram a graduação embora tenham deixado de atuar na educação**. [Entrevista concedida a] Josimar Pedrosa da Silva Katutina. Cruzeiro do Sul, janeiro de 2020.

Data de submissão: 02/04/2020

Data de aprovação: 18/05/2020